Ata n.º 1/2026

--------- No dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis, realizou-se nas instalações da Junta de Freguesia de Leiria, a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, presidida por Claúdia Alexandra Faustino Ferreira. ----------

--------- Pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, havendo quórum a Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes, deu início à sessão com período de audição do público. ----------

--------- Isabel Bernardes, residente na Barreira, colocou duas questões ao Executivo: ---

1.ª- Se a população da Barreira, fica com acesso direto a médico de família no novo Centro de Saúde da Barreira? Mostrou a sua preocupação sabendo que naquele espaço vai ficar a funcionar a Unidade do Centro de Saúde do Gorjão Henriques, e a população da Barreira atualmente pertence à Unidade de Saúde Familiar Leiria Nascente. ----------

2.ª- Questionou em que fase está a recuperação do Jardim e o Solar do Visconde? Recordando que já estavam debilitados e com a passagem da tempestade KRISTIN, ficaram inacessíveis. Em relação ao Solar, a Junta de Freguesia colocou um contentor para atendimento da população, mas o jardim continua inacessível. ----------

Questionou ainda, quando se inicia o projeto de recuperação apresentado pela Câmara Municipal há vários anos?----------

---------- A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para responder à interveniente. ----------

--------- O Presidente do Executivo cumprimentou os presentes e os que assistiam à transmissão da sessão via *streaming*. Informou Isabel Bernardes, que o edifício do Centro de Saúde da Barreira, vai ser uma extensão do Centro de Saúde Gorjão Henriques, e que as pessoas da Barreira vão ser assistidas naquele local. No entanto, comprometeu-se em confirmar essa informação junto da Câmara Municipal. ----------

Informou, que o estado do Jardim e Solar do Visconde é uma preocupação para a Junta de Freguesia, e que tem insistido com a Câmara Municipal no sentido de acelerar a reabilitação de ambos os espaços. Informou que a Câmara Municipal vai começar por reabilitar o Jardim, porque há a necessidade de abater algumas árvores e preservar espécies que rebentarem e precisam de ser preservadas, e a Junta de Freguesia vai reabilitar o telhado para que as chuvas não danifiquem ainda mais o edifício. ----------

--------- O Tesoureiro do Executivo, informou que a Junta de Freguesia para evitar maior degradação do edifício vai reparar o telhado e substituir as janelas de acordo com o projeto existente. ----------

--------- Carlos Cunha, residente na Barreira, disse que não está a haver bom senso, por parte da Câmara Municipal acerca da recuperação do jardim e da casa, porque ninguém começa uma casa pelo jardim. Disse ainda, que a Junta de Freguesia vai deitar dinheiro ao lixo porque o projeto de reabilitação do edifício prevê a alteração do telhado, com a criação de águas-furtadas. ----------

Sobre o Centro de Saúde, Carlos Cunha pediu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que procure saber em fonte fidedigna se a população da Barreira, tem ou não acesso a médico de família no novo centro de saúde. ----------

--------- Sem mais intervenções do público, a Presidente da Assembleia comunicou o falecimento da Mãe do Ex Presidente da Junta de Freguesia, José Cunha, na apresentação de sentidas condolências e apoio à família propôs o cumprimento de um minuto de silencio. Foi cumprido um minuto de silêncio pelos presentes. ----------

--------- A Presidente da Assembleia deu início ao período antes da ordem do dia. -------

--------- Filipa Porém (IL) cumprimentou os presentes e o público que assistia em casa, e na sua intervenção que fica apensa a esta ata, abordou o assunto da "casa de acolhimento social" e a sua proposta de alteração da alínea a) do n.º 1 do art.º 17.º do Regimento da Assembleia de Freguesia. ----------

--------- Gonçalo Pereira (PSD) cumprimentou os presentes e o público que assistia em casa, e questionou se o estado dos edifícios da Junta de Freguesias após a intempérie, condiciona o acesso das pessoas aos serviços da Junta de Freguesia? E se a Junta de Freguesia prevê alguma intervenção nos Cemitérios, na reparação de campas e jazigos? Reportou a existência de um buraco na estrada, na entrada da localidade de Fontes. Felicitou o Executivo pela requalificação do acesso pedonal à Nascente do Lis e a retirada de uma árvore caída sobre o Rio Lis. ----------

--------- Patrícia Brites (CH) cumprimentou os presentes e o público que assistia em casa, perguntou o número de famílias desalojadas na União de Freguesias, e como estão a ser acompanhadas? ----------

Mostrou-se agradada com a reversão da utilização da casa da Barreira como resposta social (CAES), porque a comunidade local não aprovou os apartamentos partilhados naquela habitação, e porque depois da tempestade KRISTIN, a casa acolheu famílias desalojadas, e acolhe atualmente os alunos do externato masculino dos Marrazes. Ainda bem que a casa estava disponível e ainda bem que vai ficar disponível, para uso em emergências porque é importante e porque a comunidade assim o deseja. ----------

Esclareceu que não é contra a existência de respostas para os Sem-Abrigo, concorda que sejam criados apartamentos partilhados e lhes seja dada a oportunidade de mudarem o seu trajeto de vida. ----------

Questionou que medidas estão a ser tomadas para a "Nora das Cortes" um símbolo do património e identidade das Cortes, volte a funcionar? ----------

Lamentou a situação das lixeiras, que ocorrem algumas vezes por falta de cidadania, e que apesar de a Junta de Freguesia publicitar regularmente os números para onde devem ligar e solicitar a recolha dos monos, ainda assim, os amontoados de lixo continuam a aumentar. Sugeriu a colocação de mais ecopontos junto ao Pavilhão das Cortes, e na Rua 13 de Junho nos Andrinos. ----------

--------- Sem mais pedidos de intervenção a Presidente da Assembleia, esclareceu Filipa Porém (IL), que nunca teve intenção de "abafar" a situação apontada. Recordou que o artigo mencionado já vem de regimentos anteriores e que a intenção dos elementos da Assembleia, foi evitar abusos, dignificar e garantir que haja quórum em todas as sessões da Assembleia de Freguesia. Informou, que respondeu sempre aos e-mails que lhe foram dirigidos, e justificou que o assunto não foi colocado na Assembleia de dezembro e de abril porque a ordem de trabalhos era muito extensa. ----------

--------- A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para responder às questões que lhe foram colocadas. ----------

--------- O Presidente do Executivo confirmou a receção do e-mail da Filipa Porém (IL), e que não teve oportunidade de responder de imediato, depois veio a tempestade, a falta de comunicações e acabou por não responder. ----------

Informou, que esteve na reunião de 17 de janeiro de 2026, na Barreira com a Senhora Vereadora Ana Valentim, para ouvir a população local, que manifestou preocupação sobre a ida de cidadãos sem abrigo, sobretudo pela perturbação da ordem pública e outros constrangimentos. A Senhora Vereadora depois de ouvir a população, concluiu que era pertinente a preocupação das populações e colocou a casa à disposição de pessoas em situações urgentes e emergentes (ex. fogo), e como a que se vive atualmente, que devido aos danos causados pela tempestade KRISTIN, está a colher os Jovens do internato masculino dos Marrazes. ----------

--------- Em resposta a Gonçalo Pereira, o Presidente do Executivo informou que todos os edifícios a sob a gestão da Junta de Freguesia, e que são propriedade da Câmara, sofreram danos avultados. A requalificação desses edifícios vai ser feita tendo em conta as situações mais urgentes e tendo em conta também as verbas disponíveis para o efeito. Acerca dos cemitérios, informou que os danos nas campas e jazigos, causados pela tempestade não

são da responsabilidade da Junta de Freguesia. Informou ainda, que a recuperação das estradas está a ser feito de forma gradual, e que a retirada das árvores do Rio está a cargo do Vereador Luís Lopes, e será feita também de forma gradual e atendendo às necessidades. ----------

--------- Em resposta a Patrícia Brites, informou que as árvores que caíram com a tempestade causaram danos no sistema de rega, que essas árvores já foram retiradas, e dentro de dias a situação vai ser regularizada. A "Nora" não tem água porque o dispositivo que leva a água teve de ser retirado para reparação da conduta de rega e para permitir as obras de recuperação da Casa da Nora. Estima-se que no final da próxima semana as obras estejam concluídas e que a Nora volte a ser colocada em funcionamento. ----------

--------- Confirmou que ainda há muito lixo para ser retirado com a recuperação das habitações devido à tempestade, e que a Junta de Freguesia está a estudar a criação de locais com contentores e com alguma com alguma vigilância para que as pessoas possam depositar de forma organizada todo o tipo de lixo. Em relação ao reforço de ecopontos, informou que a Junta de Freguesia, pede esse reforço à empresa gestora sempre que há necessidade. ----------

--------- Na área social, a Secretária do Executivo informou que atualmente estão desalojadas 6 famílias, para as quais já foram encontradas situações alternativas. No período pós tempestade, foram desalojadas 76 pessoas, que já voltaram para as suas casas ou para casas de familiares. Neste período a Junta de Freguesia atribuiu 1118 cabazes a famílias da União de Freguesias, e atualmente estão a ser apoiadas 27 famílias com cabazes semanais. ----------

--------- A Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra aos Membros da Assembleia.

--------- Manuel Pereira (PS) cumprimentou os presentes, e colocou duas questões. A primeira sobre o péssimo estado do piso na Rua da Bela Vista e a Rua dos Remildes, que estão a intransitáveis. A segunda sobre a colocação de ilhas ecológicas na entrada da Urbanização Vale Grande no Telheiro, que foram pela foram prometidas pela Câmara Municipal e ainda não foram colocadas. Sobre a habitação da Barreira, esclareceu que o projeto inicial previa o uso atual, mais tarde esse fim foi alterado e isso provocou a contestação das pessoas.----------

--------- Inês Lopes (PS) cumprimentou os presentes, agradeceu ao Executivo o trabalho que desenvolveu, e que ainda desenvolve na ajuda e no socorro às populações que sofreram danos provocados pela tempestade. Agradeceu também as intervenções realizadas nas Fontes, tanto no Rio Lis, como no acesso à Nascente. ----------

--------- Em resposta a Manuel Pereira, o Presidente do Executivo explicou que a Rua da Bela Vista, vai ter uma intervenção faseada e que já foi contactada a empresa António Emílio Gomes, para proceder a essa intervenção. Confirmou que a Rua dos Remildes também necessita de intervenção, e ficou de confirmar se faz parte do caderno de encargos das obras de 2024 e 2025. Confirmou ainda, que a colocação da ilha ecológica é uma necessidade e fará a pressão junto das entidades competentes para a sua instalação. ------

--------- O Presidente do Executivo a informou Inês Lopes, que a Rua do Casal é uma rua maior dimensão, por isso que está a cargo da Câmara Municipal sob pena de absorver a verba que a Câmara dá à Junta de Freguesia para reparação de arruamentos.----------

--------- Paula Costa (PS) cumprimentou os presentes, e apresentou um Voto de Louvor Voto de Louvor público e solene a todos quantos estiveram no terreno e contribuíram, de forma decisiva, para apoiar populações, mitigar danos e restabelecer a normalidade, devido à tempestade KRISTIN. O Voto de Louvor fica apenso à presente Ata.----------

--------- A Presidente da Assembleia colocou a apreciação o Voto de Louvor apresentado por Paula Costa.----------

--------- Aurélio Silva (PSD) cumprimentou os presentes, e apresentou a declaração de voto da bancada do PSD, acerca do Voto de Louvor, que fica apenso a esta ata. ----------

--------- A Presidente da Assembleia colocou a votação o Voto de Louvor tendo sido aprovado por unanimidade. ----------

--------- Sem mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia deu início ao período da ordem do dia. Deu conta da falta justificada de Carla Rente (PSD) e Cristina Santos (PSD), representadas por Gonçalo Pereira, e Pedro Saraiva, respetivamente.------

--------- **Ponto 1: Leitura, apreciação e votação da Ata n.º 7/2025.----------**

--------- A Presidente da Assembleia, pediu a dispensa da leitura da Ata uma vez que foi enviada a todos os elementos da Assembleia e colocou Ata a apreciação. ----------

--------- Gonçalo Pereira (PSD) colocou 2 anotações à Ata n.º 7/2025, o seu nome consta como Rodrigo Pereira, sendo Gonçalo Pereira, e a plataforma de publicitação dos procedimentos não é AnoGov, mas BaseGov. ----------

--------- Com a garantia de que as anotações iriam ser corrigidas, a Presidente da Assembleia colocou a Ata n. º7/2025 a votação, tendo sido aprovada por maioria com a abstenção de Pedro Saraiva (PSD) que esteve ausente da referida sessão. ----------

--------- **Ponto 2: Apreciação da atividade e da situação financeira da União de freguesias no período de 1/12/2025 a 28/02/2026,** a Presidente da Assembleia colocou o ponto à apreciação. ----------

--------- Sandra Gago (PSD) cumprimentou os presentes e colocou ao Executivo alguns pedidos de esclarecimento acerca da situação e da atividade financeira da União de Freguesias. A sua intervenção fica a apensa à presente ata. ----------

--------- Em resposta à intervenção da Sandra Gago, o Tesoureiro do Executivo explicou, que até que à data foram gastos no auditório 200.000,00€, dos quais 500,000,00€ saíram do orçamento da Junta de Freguesia, e a restante verba foi suportada pela Câmara Municipal. Informou ainda, que a execução da obra está muito atrasada, e piorou porque entidade construtora, sofreu grandes danos devido à tempestade que condicionam produção de estruturas para o auditório. Para responder melhor aos pedidos de esclarecimento, o Tesoureiro disponibilizou-se a enviar resposta por e-mail com o conhecimento de todos os Membros da Assembleia. ----------

--------- A Secretária do Executivo informou, que as obras não estão a ser publicitadas por que as credenciais do Executivo de acesso à plataforma, têm de ser alteradas. --------

--------- **Ponto 3: Apreciação do inventário dos bens da União das Freguesias**, a Presidente da Assembleia deu a palavra aos membros da Assembleia. ----------

--------- Aurélio Silva (PSD) renovou as sugestões já apresentadas pela Bancada do PSD, para a melhoria da apreciação e análise do documento apresentado: ----------

- A data de aquisição dos equipamentos deve constar na tabela; ----------
- Questionou se todos os bens da Freguesia estão contados e etiquetados? ----------
- Aparecem 128.000,00€ de bens que não estão devidamente identificados; ----------
- O documento apresenta a aquisição de bens de capital no montante de 1.544.000,00€ mas não se percebe a que se referem; ----------
- Sugeriu a uniformização do tipo de bens, primeiro pelo número do artigo, se são rústicos ou urbanos e para facilitar uma breve descrição. ----------

--------- O Executivo tomou nota da sugestão apresentada, e comprometeu-se em melhorar a apresentação do documento. ----------

--------- A Presidente da Assembleia recordou que os pontos 4 a 9, serão apreciados e votados em minuta, e não tendo havido nenhuma oposição, passou ao ponto de seguinte da ordem do dia. ----------

--------- **Ponto 4: Apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas de gerência da União das Freguesias no ano de 2025.** ----------

--------- Gonçalo Pereira (PSD) colocou algumas questões ao Executivo acerca da prestação de contas: ----------

- A que se deve o aumento da receita de juros? Se devido ao aumento das taxas de juro, ou ao aumento da disponibilidade financeira da Junta? E se está relacionada com baixa execução financeira nos termos da despesa paga, face à alta receita cobrada?----------
- A que se refere a rubrica da receita "direito de superfície"? E a que se refere a discrepância entre o valor previsto e o valor recebido?----------
- Por que motivo só ocorreu a receita 21% do valor revisto no Contrato de Delegação de Competências da área da Saúde?----------
- A que diz respeito a rubrica produtos agrícolas e pecuários? ----------
- A que se deveu o aumento da receita no edifício dos Pousos? Se houve o aumento do valor das rendas? Ou se surgiram novos contratos? ----------
- A que se refere o Contrato Interadministrativo na rubrica de transferências de capital, com a verba prevista de 577.000,00€ mas que só teve a execução de 38%? ----------
- Sobre o Auditório dos Pousos, questionou se existe algum acompanhamento por parte da Câmara que justifique as transferências liquidadas? E se o valor previsto já foi todo recebido ou se a Junta ainda tem verba a receber?----------
- Por que razão a despesa realizada na reparação de edifícios de saúde foi muito inferior ao montante previsto?----------
- Por que razão a despesa realizada nas reparações dos Pavilhões Desportivos, também apresenta um índice de execução de 29% do montante inicial previsto?----------
- Na reparação do mobiliário urbano, também se verifica uma execução de apenas 45% face ao previsto, questionou se existe alguma relação com o Contrato Interadministrativo Viver Freguesias? ----------
- A rubrica Eco Freguesias e Ambiente, apresenta um índice de execução de 45%, questionou por que razão está abaixo do valor previsto? E a que ações se refere? ---------
- A rubrica da despesa com publicidade, também ficou abaixo do previsto, questionou se tem alguma relação com os outdoors, ou com a publicidade nos meios de comunicação social regionais? ----------
- Se a baixa execução da despesa com as Instituições e Instituições sem fins lucrativo, se falta a falta de pedidos de apoio, ou a outro fator? ----------
- Por que razão o investimento nos cemitérios também ficou abaixo do previsto? ---------
- Verificou que a Junta de Freguesia adquiriu um veículo de 47.000,00€ e questionou se a inventariação física está a ser feita por alguma equipa externa ou interna, tendo em conta que se verifica uma discrepância de 1.500.000,00€ entre as aquisições da rubrica "07" e as restantes aquisições. ----------

- Verificou ainda uma má execução ao nível do PPI, nas rubricas do Auditório dos Pousos, cemitérios, viadutos, arruamentos e obras complementares, e questionou que obras ficaram por executar? ----------

- Deixou uma sugestão de melhoria do documento "Caracterização da Entidade", que os valores comparativos sejam do ano apreciação. ----------

- Sugeriu aina, que o relatório contabilístico, apresente mais detalhe contabilístico e não uma definição sobre a composição das rubricas. ----------

--------- O Tesoureiro do Executivo respondeu às questões colocadas por Gonçalo Pereira: ----------

- O aumento do valor dos juros, deve-se ao dinheiro cativo para o Auditório dos Pousos;

- O aumento da receita na rubrica do direito de superfície, refere-se ao aumento no número de concessões de terrenos, gavetões e ossários nos cemitérios; ----------

- Sobre o contrato interadministrativo da saúde explicou que se divide entre edifícios da Câmara, como é o caso do Gorjão Henriques, e os edifícios arrendados como é o caso do edifício dos Pousos e aqui sendo propriedade da Junta, tem de ser a Junta a fazer as grandes reparações. A Câmara adianta-nos o valor anual para as pequenas reparações em todos os Centros de Saúde e a Junta vai gastando à medida da necessidade; ----------

- A receita de 6.000,00€ para cada um dos pavilhões é para pequenas reparações e só gastamos se for necessário, porque para o pagamento de pessoal e outros consumíveis, há outra receita.----------

- No contrato Viver Freguesia, a rubrica não ficou esgotada porque os trabalhos não foram ainda executados, nomeadamente as letras dos Pousos; ----------

- A verba destinada a publicidade, refere-se a publicações no Diário da República, e só é usado em caso de necessidade; ----------

- O apoio às Associações é dado sempre que solicitado, mas algumas acabam por não receber porque não entregam toda a documentação solicitada (ex. declarações de não dívida); ----------

- A verba para o Cemitério da Barreira, previa inicialmente a execução dos passeios em calçada e a execução da drenagem das águas, e como a execução da drenagem requer uma intervenção mais profunda, optámos por fazer apenas os passeios; ----------

- O aumento da receita dos edifícios dos Pousos, refere-se à revisão do valor das rendas, e ao pagamento de rendas em atraso da empresa Maxigym. ----------

- Sobre o auditório, a Câmara paga à Junta mediante a apresentação das faturas, e já nos pagou o valor total previsto, 1.500.000,00€. ----------

--------- Sem mais pedidos de esclarecimentos e de informação, a Presidente da Assembleia colocou a votação o **Ponto 4: Apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas de gerência da União das Freguesias no ano de 2025,** tendo sido **aprovado por maioria** com: 12 votos a favor (PS e IL) e 7 abstenções (PSD e CH). ----------

--------- **Ponto 5 Apreciação, discussão e votação do prolongamento do prazo de execução do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito do Viver Freguesias,** a Presidente da Assembleia colocou o ponto a apreciação.

--------- Sem pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou a votação o **Ponto 5 Apreciação, discussão e votação do prolongamento do prazo de execução do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito do Viver Freguesias,** tendo sido **aprovado por unanimidade.** ----------

--------- **Ponto 6 Apreciação, discussão e votação da Modificação Orçamental da Receita e da Despesa n.º 1/2026,** a Presidente da Assembleia colocou o ponto a apreciação, referente ao introdução do saldo da gerência anterior. ----------

--------- Sem pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou a votação o **Ponto 6 Apreciação, discussão e votação da Modificação Orçamental da Receita e da Despesa n.º 1/2026,** tendo sido **aprovado por maioria,** com 17 votos a favor (PS, PSD e IL) e 2 abstenções (CH).----------

--------- **Ponto 7 Apreciação, discussão e votação da Modificação Orçamental da Receita e da Despesa n.º 2/2026,** a Presidente da Assembleia colocou o ponto a apreciação, referente à venda de madeira. ----------

--------- Sem pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou a votação o **Ponto 7 Apreciação, discussão e votação da Modificação Orçamental da Receita e da Despesa n.º 2/2026,** tendo sido **aprovado por unanimidade.**----------

--------- **Ponto 8 Apreciação, discussão e votação da Modificação Orçamental da Receita e da Despesa n.º 3/2026,** a Presidente da Assembleia colocou o ponto a apreciação, referente ao apoio da Câmara Municipal de Leiria, a projetos correntes e de investimento devido à tempestade KRISTIN. ----------

--------- Sem pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou a votação o **Ponto 8 Apreciação, discussão e votação da Modificação Orçamental da Receita e da Despesa n.º 3/2026,** tendo sido **aprovado por unanimidade.** ----------

--------- **Ponto 9 Apreciação, discussão e votação da celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União de freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, no âmbito da Proteção Civil e gestão integrada de fogos rurais,** a Presidente da Assembleia colocou o ponto a apreciação.----------

--------- Aurélio Silva (PSD) questionou a que se refere esta verba tão curta, e que parece insuficiente para o trabalho a efetuar no âmbito da Proteção Civil.----------

--------- O Presidente do Executivo explicou, que estas verbas são para a gestão de combustiveis nas estradas principais, e ações de prevenção a realizar pelas equipas da Unidade Local de Proteção Civil. ----------

--------- Sem pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou a votação o **Ponto 9 Apreciação, discussão e votação da celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União de freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, no âmbito da Proteção Civil e gestão integrada de fogos rurais, tendo sido aprovado por maioria, com 17 votos a favor (PS, PSD, CH e IL) e 2 abstenções do (PSD).**----------

--------- Foi colocada a votação a **Modificação Orçamental da Receita e da Despesa n.º 4 e a Revisão ao PPI n.º 1**, para incorporação da receita e consequente despesa, no âmbito do Contrato Interadministrativo da Proteção Civil e gestão integrada de fogos rurais, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

--------- Pelas 00h10m, não havendo mais assuntos a tratar a Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão. ----------

--------- Para constar e para os devidos efeitos vai ser lavrada a ata que depois de aprovada vai ser assinada pela Presidente da Assembleia e por Isabel Sousa que a redigiu nos termos do art.º 50 n.º 2 do Regimento da Assembleia da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes. ----------

A Presidente da Assembleia
Cláudia Ferreira

A Redatora
Isabel Sousa

Intervenção – Antes de Ordem de Trabalhos

Exma. Senhora Presidente da Mesa,
Srs. Membros do Executivo,
Caros Colegas de Assembleia,

É com profundo desapontamento que me vejo obrigada a trazer dois temas para esta Assembleia, temas estes que tentei esclarecer fora da Assembleia mas que nenhum deles foi efetivamente esclarecido.

Começo pela notícia que saiu a público no passado dia 17 de Janeiro, acerca de 40 pessoas da Barreira que se reuniram e conseguiram que a Câmara Municipal fechasse a porta a apartamentos que tinham sido destinados ao acolhimento de pessoas em situação de risco ou emergência social.

Na altura questionei o executivo via email quais foram as razões que estas 40 pessoas deram para não quererem ajudar quem se encontra em situações mais desfavorecidas, para onde foram realojadas as pessoas a quem se destinavam os apartamentos e como é que 40 pessoas conseguem mudar a política numa freguesia de mais de 20 mil habitantes.

Compreendo que esta foi uma decisão da Câmara Municipal, compreendo que foi uma questão tratada com a senhora vereadora Ana Valentim, mas a verdade é que o senhor Presidente do Executivo Manuel Faria esteve presente na reunião ao lado da senhora vereadora, portanto acreditei que ele seria a pessoa mais indicada para esclarecer as minhas dúvidas acerca do assunto.

Estas minhas questões ficaram por terra, não obtive qualquer resposta por parte do Executivo o que considero lamentável.

Apresento o outro tópico, que além desapontamento, me causou uma enorme estranheza da maneira como foi abordado.

Há cerca de cinco meses detetei um problema legal no nosso regimento. Hoje venho colocá-lo formalmente em ata, visto que o tema foi abafado até à data.

Em dezembro do ano passado, aquando da aprovação do regimento, votei contra a redação do artigo 17.º, que estabelece a perda de mandato por falta injustificada a apenas 1 sessão ou 3 reuniões. A minha reserva era clara: este limiar parecia-me demasiado restritivo e não parecia legal.

Para confirmar as minhas dúvidas, e porque sou nova nestas andanças, solicitei ao meu partido um parecer jurídico, que recebi no dia 15 de dezembro. A conclusão foi inequívoca: o artigo 17.º viola diretamente o artigo 8.º da Lei n.º 27/96, a Lei da Tutela Administrativa. Esta lei estabelece de forma imperativa que a perda de

mandato por faltas só pode ocorrer após 3 sessões ou 6 reuniões seguidas, ou 6 sessões ou 12 reuniões interpoladas.

Este regime não pode ser alterado por nenhum regimento interno, principalmente de forma a restringir ainda mais o limite de faltas - trata-se de matéria reservada à lei.

No dia 17 de dezembro comuniquei este parecer à Sra. Presidente da Mesa. Na sua resposta, datada de 19 de dezembro, reconheceu a situação dizendo, e passo a citar: *"comprometendo-me a levar a apreciação e alteração na próxima assembleia que vier a ser designada, de modo a que se cumpra com rigor a lei."* Perante esta promessa, na assembleia do dia 22 de dezembro optei por não trazer este assunto a público, dando espaço para a própria Mesa corrigir o lapso.

A convocatória para esta assembleia onde nos encontramos chegou no dia 17 de abril. O ponto de alteração de regimento não constava da ordem de trabalhos. Questionei a Sra. Presidente da Mesa a 21 de abril, e a resposta dada foi que a agenda estava extensa demais e que, de qualquer forma, a lei impõe-se sobre o regimento por isso podíamos aguardar por uma assembleia com uma ordem de trabalhos menos extensa. Compreendo o argumento jurídico - a lei prevalece, de facto. Mas isso não substitui a necessidade de corrigir formalmente o texto do Regimento que consultamos, e que foi redigido e aprovado por todos os que estão aqui presentes.

Por isso, requeiro hoje formalmente:

- Primeiro, que fique registado em ata o alerta para a ilegalidade do artigo 17.º, na sua redação atual, por violação da Lei n.º 27/96. Já devia ter ficado registado na ata anterior, mas a inocência de confiar no próximo tende a prevalecer;

- Segundo, que a Mesa confirme publicamente que se absterá de aplicar este artigo, remetendo exclusivamente para os critérios da Lei da Tutela Administrativa em matéria de perda de mandato.

- Terceiro, que a revisão deste artigo seja agendada prioritariamente para a próxima sessão, seja a agenda do tamanho que for.

Não se trata de má vontade nem de querer dificultar os trabalhos desta Assembleia. Não se trata de uma questão de "ter tempo" para discutir o assunto. Trata-se de conformidade legal básica. Um erro detetado e admitido não pode ser "adiado" por conveniência de agenda. A transparência e o respeito pelos eleitos exigem que as regras do jogo sejam claras e, acima de tudo, legais.

Leiria, 29 de abril de 2026
Filipa Falcão Porém
Iniciativa Liberal

Voto de Louvor

"Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Junta, Senhores Deputados, a Bancada do Partido Socialista vem propor à consideração desta Assembleia a aprovação de um Voto de Louvor, na sequência da tempestade Kristin."

Na sequência da tempestade *Kristin*, que atingiu o nosso Concelho e com particular intensidade a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, causando prejuízos significativos e momentos de grande apreensão para muitas famílias, importa reconhecer, de forma clara e inequívoca, a resposta exemplar da nossa comunidade.

Perante a adversidade, emergiu o melhor de nós: uma mobilização espontânea, solidária e determinada, que revelou um profundo sentido de responsabilidade coletiva e de cuidado pelo próximo.

Assim, **a Bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes** propõe a aprovação de um **Voto de Louvor público e solene** a todos quantos estiveram no terreno e contribuíram, de forma decisiva, para apoiar populações, mitigar danos e restabelecer a normalidade.

Este reconhecimento é dirigido, de forma muito especial:

- **Bombeiros, Proteção Civil e demais agentes de socorro**, pela sua prontidão, coragem e espírito de missão;
- **Ao executivo da nossa União de Freguesia e respetivos trabalhadores**, pela capacidade de resposta e proximidade às populações;
- Às **associações, coletividades e instituições locais**, pelo apoio organizado e permanente;
- A todos os **voluntários e cidadãos anónimos**, cuja entrega generosa foi determinante nos momentos mais difíceis.

Mais do que uma resposta a uma situação de emergência, o que se testemunhou foi uma verdadeira demonstração de comunidade — unida, resiliente e solidária.

A Assembleia de Freguesia expressa, assim, o seu mais profundo reconhecimento e gratidão, sublinhando que este exemplo de dedicação e entreajuda honra e dignifica toda a nossa União de Freguesias.

Mais se delibera que o presente Voto de Louvor seja dado a conhecimento público e comunicado às entidades e instituições envolvidas.

União Freguesias LPBC , 29 de abril de 2026

DECLARAÇÃO DE VOTO

No seguimento do voto de louvor apresentado e proposto pela bancada do PS relativamente ao empenho das mais diversas entidades e particulares na resposta às devastadoras consequências da tempestade Kristin, a bancada do PSD reconhece esses esforços e não poderia deixar de se aliar a este Louvor, aprovando-o.

Contudo, gostaríamos de deixar uma ressalva relativamente ao mesmo, uma vez que foi nele incluído o executivo desta União de Freguesias, estando a nossa bancada ainda a aguardar resposta a diversas interpelações que fizemos no sentido de unir esforços e colaborar no que fosse urgente e possível da nossa parte. Além disso, consideramos que uma situação desta natureza, dimensão e consequências justificava a convocação de uma Assembleia Extraordinária, em que todos os membros desta Assembleia fossem escutados, tivessem oportunidade de contribuir com ideias, soluções e fazerem parte da resolução de um problema que a todos afetou de forma bastante significativa.

Assim, agradecemos a todos aqueles que se envolveram desde a primeira hora na nobre missão de ajudar o próximo, pelo empenho e resiliência aplicados em momentos tão difíceis e complicados.

Bancada do PSD

Senhora Presidente da Mesa Assembleia, Senhores Membros do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, Estimados Concidadãos e Fregueses

Apreciamos hoje a atividade e a situação financeira da UF LPBC relativa a Dez25-Fev26. Não vou focar-me muito o período dez 2025, considerando que irão ser também aqui apreciadas e votadas as contas de 2025.

A minha intervenção vai no sentido de aprofundar o conhecimento dos membros da bancada do PSD, assim como o dos colegas membros da Assembleia Freguesias e ainda dos nossos fregueses relativamente às atividades da Junta, ao conteúdo das suas contas e à gestão por parte do Executivo.

Assim, coloco algumas questões e reflexões para esclarecimento, com o segue:

1. - Há um elevado nível de conforto de tesouraria em 2026 de 265.843,03€, derivado de despesa operacional de 123.188,50€ acrescido da despesa de capital de 2.255,20€, coberto por receita operacional de 214.702,51€ e 176.584,22€ de receita de capital. Embora a receita tenha entrado no início de 2026, a despesa de capital (investimento) foi quase nula até fevereiro (**2.255,20 €**). Estamos atentos às situações de Falta de Execução ou Retenção Desnecessária de verbas, considerando que já em 2025 a taxa de execução orçamental foi de 48,3%. Bem sabemos que há Receitas Consignadas para o Centro Cultural e requalificações escolares, e que o início do ano é sempre mais confortável pelas receitas que entram neste período...
   Parece-nos, assim, que poderá haver receitas sem que ainda tenha havido a respetiva despesa no período. É assim?
   Há 117.447,50€ é relativo ao apoio da CML para auditório e 75.241,97€ de delegação de competências e transferência de competências e FFF, 120.951,58€.

2. Questionamos sobre o contrato inter administrativo que está na despesa (329.364,18€) – Podem ajudar-nos a entender de que se trata?

3. O orçamento de receitas da CML para Auditório, 507.867,8€, é recebido da CML de acordo com auto de medição ou outra modalidade? Estão a ser transferidas com a regularidade prevista por parte da CML valores de apoio para execução da obra?

4. E a propósito, a taxa de execução / auto de medição está baixo, 44,74%. Como estão a correr os trabalhos e se a previsão de entrega da obra se mantém?

5. Onde está refletido no balancete o valor já gasto com o Pavilhão este ano, correspondente à % de acabamento/auto de obra, 44,74%, 1.641.962,40€. O "Centro Cultural dos Pousos" tinha um orçamento de **3.465.872,94 €** em 2025, mas apenas **705.945,29 €** foram efetivamente gastos (execução acumulada).
   Parece-nos haver incoerência dos valores: Em 2026, a despesa acumulada neste item era de **0,00 €** até fevereiro 8na rubrica 070103010 (Centro Cultural dos Pousos), embora tenha alguma taxa de execução no ano.

6. A que se referem 'Reposições não abatidas nos pagamentos', 5.912,41€?

7. Uma nota para entender e conseguir ler as contas.
   No balancete de 2026, o **IMI** aparece com o código **1010202**. No balancete de 2025, o mesmo imposto aparece como **010202**. O código correto para impostos diretos começa por **01**. O "1" extra no início em 2026 parece ser um erro de preenchimento ou de leitura do software.

   O mesmo acontece no **Pavilhão Gimnodesportivo Pousos**, que em 2026 surge como **107020101** , enquanto o padrão seria começar por **07** (Venda de serviços), como está corretamente no balancete de 2025 (**07020101**).

8. Mantém-se, pelo que verificámos até à data, a não publicitação dos concursos públicos (pelo menos acima de 5.000€) no Base Gov, revelando pouca transparência por parte do executivo/União Freguesias

9. Penso que a presença do CC poderia ser importante nestas reuniões.

Esperamos que estes pedidos de esclarecimento sejam entendidos como um contributo para a transparência que os nossos fregueses granjeiam. A nossa posição é de **oposição responsável** e fiscalização rigorosa, com abertura total para colaborar com o executivo para que a Junta de Freguesia apresente contas equilibradas e saudáveis e desempenhe o seu papel de ser o elo mais próximo entre a população e a administração pública, garantindo a gestão local, a manutenção do espaço público e o apoio social direto para promover a qualidade de vida e a inclusão de todos os fregueses no território

Obrigada.

Disse